

# OS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DO MAPEAMENTO DOS FUNDOS DE 2011-2012<sup>1</sup>

Simaia Santos Barreto<sup>2</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

Os bancos comunitários, as cooperativas de crédito solidário e os fundos rotativos solidários (FRS) compõem as finanças solidárias, cumprindo atividades designadas como microcrédito, fornecimento de crédito a clientes não atendidos pelo setor bancário tradicional, o qual, por sua vez, faz parte das microfinanças, gama de serviços financeiros diversos (microcrédito, microsseguros, micropoupanças, entre outros) de pequena escala para negócios e famílias tradicionalmente mantidas à margem do sistema financeiro (cf. Neri, 2008). Os três segmentos possuem metodologia e trajetória próprias que atendem públicos específicos, os quais, porventura assemelham-se. A metodologia de fundo rotativo solidário mobiliza recursos monetários e não monetários por meio de um sistema de créditos e débitos alimentado e gerido de modo compartilhado pelos seus apoiadores, executores e beneficiários, em que compromissos devolutivos são flexíveis e acordados coletivamente.<sup>3</sup> Nesse contexto, este escrito centrará esforço no intuito de descrever o cenário, modos de ação e alcance dos fundos rotativos solidários no Brasil a partir do mapeamento destes, financiado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), que ocorreu entre os anos de 2011 e 2012, no qual foram registradas 586 experiências de fundos solidários no Brasil (número que representa entidades gestoras e fomentadoras). Para melhor compreender o mapeamento realizado, é imperioso elucidar as categorias de classificação das experiências de fundos rotativos solidários, já que algumas perguntas eram direcionadas especificamente para algumas categorias. São três as tipologias: *i*) entidade de fomento quando as instituições incentivam grupos e/ou comunidades à autogestão ou à formação de iniciativas de pequenos fundos rotativos locais. O estímulo à formação pode ser com repasse de recurso financeiro ou apenas com atividades de formação e assessoria. Sendo que uma modalidade não inclui

1. Texto construído com base nos dados coletados durante o mapeamento dos fundos rotativos solidários no Brasil, financiado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, e disponibilizados no sistema de fundos solidários pela fundação Esquel Brasil.

2. Graduada em administração e mestranda em ciências sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica de finanças solidárias na Ites/UFBA. *E-mail*: <simaia21@gmail.com>.

3. Definição encontrada na publicação financiada pelo Banco do Nordeste e fruto da articulação dos movimentos sociais por uma política pública de fundos solidários, tal material visou relatar experiências de fundos rotativos solidários, sistematizá-las e relatar um pouco das discussões conceituais em torno dos FRS.

a outra; *ii*) as entidades gestoras realizam a gestão dos recursos do fundo rotativo e também oferecem formação e assistência técnica. Assim, diz-se que toda organização/instituição que detêm um fundo rotativo solidário constitui uma entidade gestora de recursos; *iii*) as entidades de apoio e fomento, que são as que realizam a gestão de um fundo rotativo, e, de modo natural ou proposital, acabam incentivando a criação de outros fundos rotativos. Assim, constituem entidades de fomento, uma vez que inspiram grupos e/ou comunidades na prática da metodologia.

Os recursos mobilizados nos FRS podem ser financeiros ou não quando um fundo dispõe de valores monetários para um indivíduo, ou família, que adquire máquinas, equipamentos ou insumos e, após um período de produção, realiza a devolução em dinheiro, diz-se que é um fundo financeiro. Já um fundo não monetário acontece de inúmeras maneiras. Algumas práticas destacam-se a exemplo da modalidade conhecida como casa de semente.<sup>4</sup> Geralmente, um grupo de agricultores organiza-se para estocar coletivamente parte da colheita do período que possibilite aos mesmos ter sementes para o próximo plantio.<sup>5</sup> O fundo rotativo de animais também é considerado uma modalidade de gestão não financeira e funciona, igualmente, com famílias agricultoras, que após a reprodução de caprinos, um reprodutor e uma cabra são repassados para outra família que pretende iniciar a criação.<sup>6</sup>

Outro fator preponderante para compreensão da metodologia, e dos dados aqui expostos, parte do entendimento da linguagem que permeia a prática. No campo dos bancos formais, um empréstimo é solicitado por um cliente que fará pagamentos, ajustados a taxas de juros do mercado, mediante um contrato e apresentação de garantias. Para além do acréscimo do valor a pagar por conta dos juros, uma grande consequência do não cumprimento desse acordo culmina com a inserção do indivíduo em listas negativas de crédito como o Sistema de Proteção ao Crédito (SPC). No contexto dos FRS, ocorrem financiamentos para um participante que fará a devolução voluntária do valor recebido mediante assinatura de um termo de compromisso.<sup>7</sup> Esses são elementos centrais para a metodologia. O financiamento, em geral, é o investimento em alguma atividade produtiva e o termo de compromisso constitui o acordo no qual o indivíduo compromete-se com a devolução voluntária diante do grupo dos participantes. A não devolução do valor devido não implica penalidade burocrática com ações judiciais, mas a sanção do grupo quando há quebra proposital do compromisso assumido. Contudo, caso o não pagamento tenha sido fruto de situações adversas como doença, ou intempéries da ação produtiva, ocorre um processo de renegociação das devoluções que, em geral, não acarreta taxa de juros. Nesse cenário há certa autonomia dos indivíduos que historicamente possuíam dificuldades em acessar o crédito formal, assim, nas linhas seguintes, estará disposta parte dos dados que ilustram a dimensão das ações dos fundos rotativos solidários no Brasil.

4. Também conhecida como banco de sementes.

5. Desse modo, fica constituído um banco de sementes comunitário que garante as sementes criolas e a agrobiodiversidade de modo que o agricultor possua autonomia em relação ao programa de distribuição de sementes do governo, essa questão será aprofundada neste trabalho.

6. Modalidade de criação mais comum entre os fundos rotativos de animais.

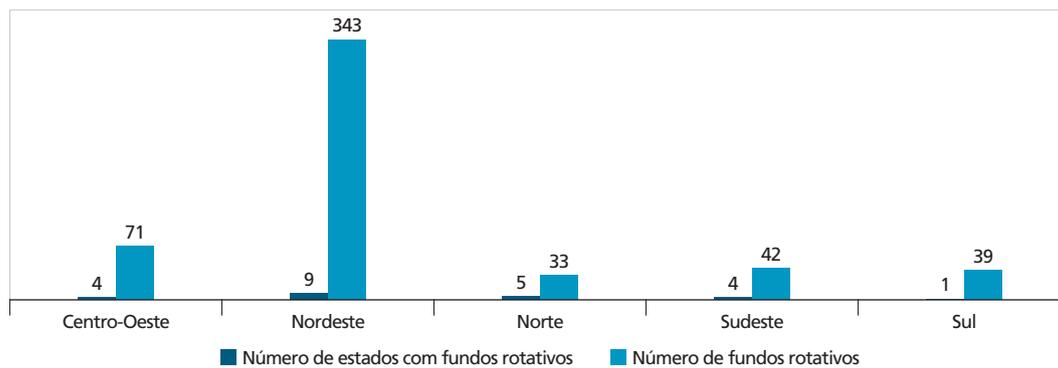
7. Este documento expõe que o participante compromete-se diante do grupo a devolver parte, ou o total, do valor financiado voluntariamente para que outras famílias sejam atendidas. Além desse, existem outros documentos de controle que serão explicados no escrito.

## 2 OS FUNDOS ROTATIVOS NO BRASIL

As diversidades das experiências de FRS espalham-se pelo Brasil. Entre as origens da metodologia, normalmente, está o atendimento de uma necessidade básica e emergencial como água e energia, além de outros fatores explicativos para expressividade do Nordeste brasileiro, que podem ser exploradas em outros trabalhos. O gráfico a seguir dispõe acerca da distribuição das experiências de FRS mapeadas no país entre 2011 e 2012, perfazendo um total de 584. Todavia, o mapeamento também identificou outras 613 iniciativas, que poderiam ser mapeadas, caso as ações de quatro projetos de mapeamento não tivessem “findado” em 2012.<sup>8</sup> A amostra destacada inclui todas as tipologias elencadas nas linhas anteriores.

GRÁFICO 1

**Distribuição dos fundos rotativos encontrados no Brasil (2011-2012)**



Fonte: Dados do mapeamento disponíveis no sistema de FRS.  
Elaboração da autora.

No gráfico vê-se a predominância de 64% das experiências no Nordeste, lugar extremamente caracterizado climaticamente, segundo dados da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e do Ministério da Integração Nacional destacados por Baptista e Campos (2013), 53% do Nordeste brasileiro abriga o semiárido. Uma característica desse clima é a aridez, para os autores, alguns fatores se favorecem disso: *i)* os modos humanos de explorar a terra; *ii)* o desmatamento; *iii)* a prática predatória para com os rios e a terra; *iv)* as queimadas; *v)* a contaminação dos solos com agrotóxicos etc. Entre os problemas enfrentados, um destaca-se em repercussão e enfrentamento: a escassez de chuvas. No entanto, as organizações que atuam no Nordeste defendem que no “Nordeste não falta água, falta justiça”, já que há concentração de chuvas em determinado período do ano e, ainda, segundo Baptista e Campos (2013), ocorre um ineficiente sistema de armazenamento da água que vem da chuva. É nesse cenário que muitas experiências de FRS emergem com a finalidade de oferecer tecnologia para enfrentamento da questão.

Ainda em relação a esse contexto, pode-se relacionar que das cinquenta experiências registradas no Sudeste 31 estão localizadas no estado de Minas Gerais, que também abrange parte do bioma da caatinga e do clima semiárido, sofrendo também grandes estiagens, de modo a conviver com parte dos problemas vividos no Nordeste.

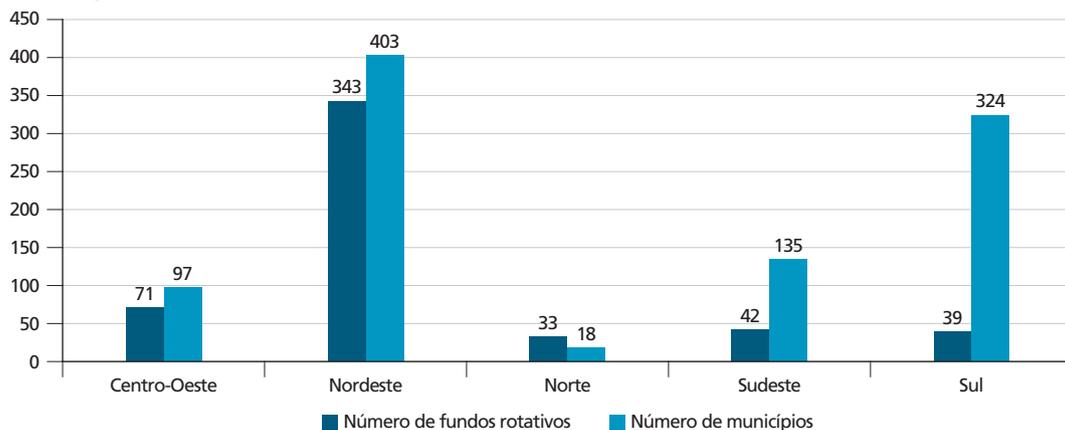
8. As organizações que realizaram o mapeamento defendem que ele poderia ser permanente. Destaque para o estado da Paraíba, com um número de quase trezentos fundos identificados que poderiam ainda ser mapeados. O mapeamento do Norte do Brasil terminou um pouco depois, já que houve demora no convênio da entidade responsável pela pesquisa na região.

Com a falta de água para consumo humano, há baixa ou nenhuma produção agrícola nos locais de estiagem e conseqüentemente há falta de alimentos que garantam a subsistência. Nesse cenário a metodologia de FRS é uma estratégia a ser considerada na medida em aponta possibilidades que possam solucionar a necessidade imanescente, especialmente a ação de construção de cisternas, que leva a um salto na melhoria das condições de vida das pessoas do semiárido brasileiro. A tecnologia social da cisterna de placa permite a emancipação do indivíduo que historicamente se mostra dependente em situações de vulnerabilidade de ausência de água para consumo humano.

Outro dado significativo que a coleta dos dados traz é o alcance da metodologia, *a priori*, pode-se pensar que a realização de poupanças coletivas autogeridas restrinja-se à atuação de pequenas comunidades. No entanto, apesar de um FRS ter sede em determinado município, sua abrangência pode ultrapassar, inclusive, “barreiras” territoriais. Normalmente, os fundos têm como sede o local da instituição que executa a gestão do fundo, mas o atendimento das pessoas ocorre de acordo com a demanda, necessidade e interesse das comunidades acolhidas, bem como capacidade de atendimento. As experiências, principalmente no âmbito rural, demonstram uma alta capacidade de atendimento de lugares e pessoas. Na Bahia, por exemplo, existem fundos rotativos que abrangem mais de um território de identidade atendendo comunidades presentes em mais de dez municípios. O gráfico exibido a seguir demonstra a abrangência dos fundos no Brasil no que se refere ao número de municípios atendidos.

GRÁFICO 2

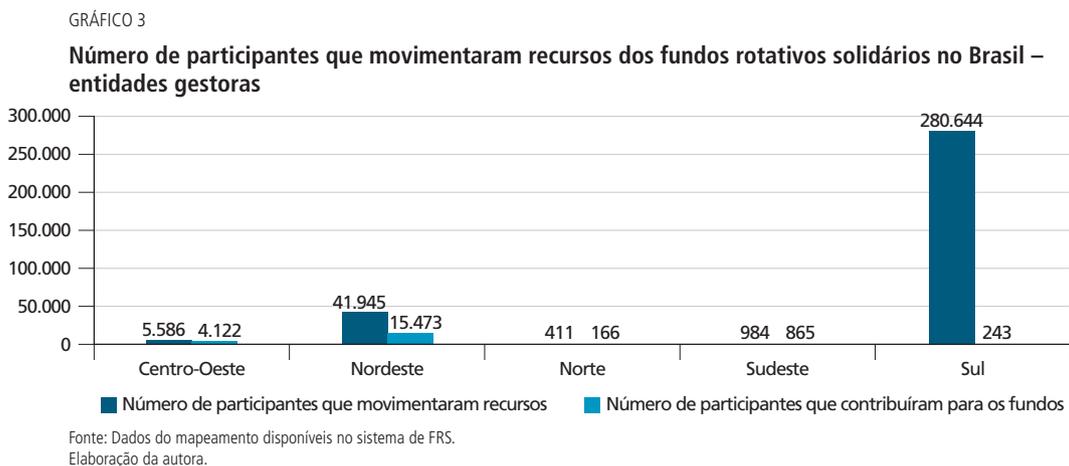
**Abrangência dos FRS no Brasil e números de municípios de alcance da metodologia em cada região do país**



Fonte: Dados do mapeamento disponíveis no sistema de FRS.  
Elaboração da autora.

Para além da abrangência territorial, há também a habilidade de atender muitas famílias. A unidade familiar é o grande campo de atuação da metodologia, principalmente, porque a consolidação das experiências ocorre em meio rural, lugar que abriga grande parte das atividades agrícolas, contexto em que o trabalho familiar é natural e essencial para a atividade. Contudo, há sempre a preferência, mesmo em fundos que financiam atividades mais “urbanas”, em priorizar grupos de três famílias, ou uma unidade familiar em detrimento do financiamento de atividades

que envolvam apenas um indivíduo. Logo, foi constatado que os fundos no Brasil atenderam 329.570 pessoas. Para a contagem desse número, foi considerado que cada família atendida possuía de quatro a cinco integrantes, dependendo do lugar. Sobressai-se também que nem todas as organizações possuíam dados sistematizados sobre as famílias atendidas ao longo dos anos de funcionamento dos fundos. Desse modo, pode-se afirmar que as informações dispostas estão subestimadas. O gráfico<sup>9</sup> expõe a movimentação de recursos dos fundos rotativos das entidades gestoras que evidencia o tipo de participação das pessoas atendidas no decorrer da existência dos fundos registrados. Enquanto alguns participantes receberam recursos em determinado ano para aplicar em suas atividades produtivas (como destacado na barra em azul), outros passam pelo processo de devolução voluntária de recursos ou contribuem livremente para a manutenção dos fundos rotativos solidários (barra vermelha). Isso porque, quando uma família recebe um financiamento, existe a prática do período de carência, que depende da atividade produtiva para então iniciar o processo de devolução. Situação ilustrada no gráfico 3, com o demonstrativo dos participantes que receberam recursos e os que vivenciam o processo de devolução/contribuição.

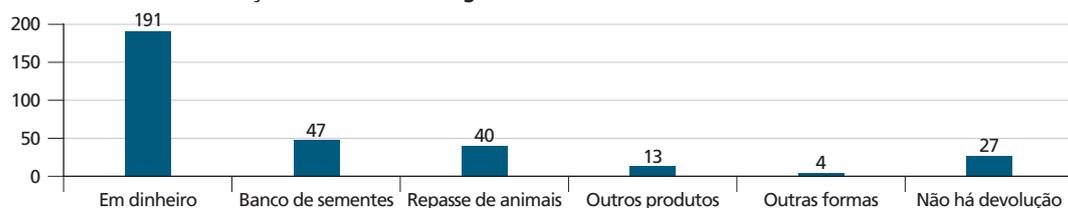


Um fator preponderante para a continuidade e consolidação de um FRS é a manutenção que está atrelada ao processo de devolução dos valores financiados por parte dos participantes. Muitas experiências no Nordeste afirmaram que nos anos iniciais de criação dos FRS a devolução ficava a critério do participante, ou seja, poderia ser devolvido o valor monetário ou a mercadoria fruto da sua atividade produtiva (correspondente ao valor devido). Contudo, as dificuldades na comercialização dos produtos recebidos no processo de devolução resultaram na predominância da prática monetária do fundo rotativo. O gráfico 4 expõe as formas de devolução mais usuais atualmente. Para efeito deste gráfico, foram utilizadas informações das entidades que praticam a gestão de fundos rotativos solidários, pois as entidades, exclusivamente de fomento, não recebem devoluções. Além dos números já evidenciados, cabe destacar que na modalidade de devolução não financeira há predominância dos bancos de sementes.

9. Para composição desse gráfico, apenas 406 fundos rotativos forneceram informações do número de participantes que receberam recursos em determinado ano e que devolveram recursos em outro.

GRÁFICO 4

## Formas de devoluções encontradas na gestão dos FRS do Brasil

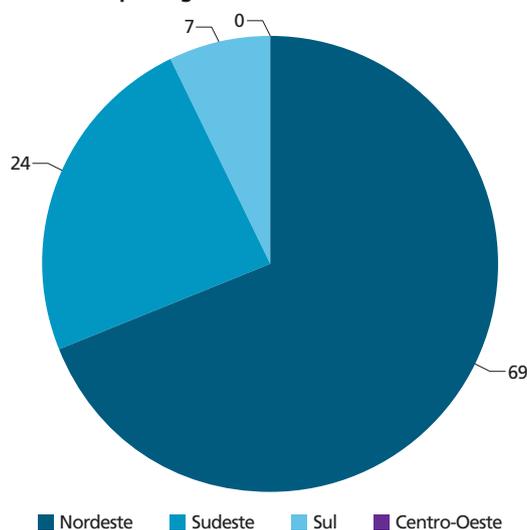


Fonte: Dados do mapeamento disponíveis no sistema de FRS.  
Elaboração da autora.

Um número expressivo dos entrevistados afirma que as devoluções ocorrem quase na sua totalidade, ou seja, a inadimplência é muito baixa, pois existe alto comprometimento dos envolvidos. Os relatos afirmam, também, que mesmo em momentos de dificuldade em quitar o valor financiado, os integrantes dos fundos realizam ações como bingos e rifas para arrecadar o valor devido e, então, realizar a devolução voluntária. Sabe-se que após o financiamento há um período de carência, no qual os empreendimentos possuem tempo para produzir e comercializar, podendo chegar, em alguns casos, até dois anos, dependendo do valor e da atividade financiada. A construção de uma unidade de beneficiamento de frutas, por exemplo, possui dois anos de carência em determinados fundos. Por sua vez, a produção de artesanatos consegue em média três meses de carência. Ainda sobre a devolução, em 2010, as organizações brasileiras receberam um montante da ordem de R\$ 2.174.499,68 milhões de reais. O gráfico a seguir<sup>10</sup> exhibe os valores percentuais representativos de cada região referente ao montante mencionado.

GRÁFICO 5

## Volume de recursos devolvidos por região em 2010

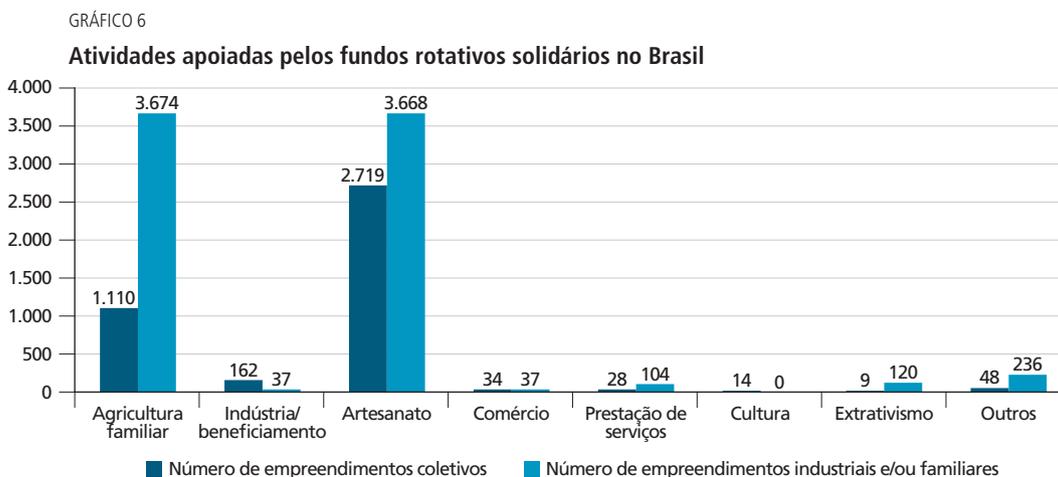


Fonte: Dados do mapeamento disponíveis no sistema de FRS.  
Elaboração da autora.

10. Foram 210 as entidades que forneceram o valor do montante devolvido em 2010 para composição desse gráfico.

Esse gráfico, apesar de expressivo pelo volume de recursos apresentado, constitui retrato de um momento, pois muitos participantes podem estar em processo de financiamento, outros de carência e ainda algumas entidades não dispunham desses dados no momento da entrevista. No caso de bancos de sementes e fundo de animais, a devolução dos produtos foi convertida em valor monetário para contabilizar o montante devolvido, assim, uma devolução de quatro caprinos para outra família foi convertida no valor dos caprinos no período determinado, a fim de contabilizar o valor do fundo não monetário no processo de devolução. Em muitos casos, os entrevistados já falavam o valor do item em sua região. O processo de devolução é inerente ao FRS que realiza gestão de recursos, assim, essa é uma questão exclusiva das entidades de gestão, não havendo respostas das entidades de fomento nesse sentido.

Diante desse contexto, a presença e a distribuição entre entidades de fomento e gestão no Brasil têm acompanhado os dados apresentados até o momento. Têm-se 56 experiências, exclusivamente de fomento, espalhadas em todo o país, sendo que 31 delas estão localizadas no Nordeste. Assim as outras 528 experiências são do âmbito da gestão dos fundos, que é realizada na maior diversidade de organizações, destas 343 estão no Nordeste. A tabela em seguida expõe a distribuição das tipologias das entidades que realizam a gestão de FRS no Brasil. Percebe-se uma predominância de associações, pastorais e entidades religiosas. Esse dado corrobora duas informações: a primeira ligada à origem dos FRS, pois a diversidade das pastorais esteve no âmago do surgimento de muitas experiências. No entanto, com o passar do tempo essas entidades redirecionaram a gestão dos fundos para outras organizações ou findaram seus trabalhos, mas ainda assim, são as entidades com maior número de participantes em virtude de sua maior capilaridade.



Fonte: Dados do mapeamento disponíveis no sistema de FRS.  
Elaboração da autora.

No Brasil, de modo geral, o número de financiamentos de empreendimentos familiares é maior que o de empreendimentos coletivos, mas as atividades de núcleo familiar são, na sua grande maioria, no âmbito do rural, em que a família envolve-se com o processo de produção, seja de horticultura, seja de criação de animais etc. O artesanato encontra-se muito próximo em número de empreendimentos e, normalmente, pode estar tanto em

ambientes mais urbanos como rurais, pois são os mais diversos produtos produzidos. As casas de farinha, unidades de beneficiamento do leite, de frutas, de mel enquadram-se na categoria de indústria de beneficiamento. Todas elas com a comercialização muito ligada à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e agregam mais famílias em torno do Trabalho coletivo. O apoio às atividades de comércio, prestação de serviços e cultura é diminuto e, em grande parte, ocorre em contextos urbanos. Destaca-se a maior dificuldade dos empreendimentos com a comercialização, embora muitos a tenham melhorado a partir das políticas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, Pnae) e ações da Companhia Nacional de Abastecimento.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na dinâmica dos fundos rotativos solidários, percebe-se que o financiamento de atividades produtivas é priorizado, na medida em que potencializa o incremento e/ou geração de renda, condição que denota a maior fragilidade na realidade das famílias participantes. A pesquisa demonstra também que a realização de fundos não monetários e monetários requer estratégias de atuação desenhadas e construídas pelas comunidades e organizações, de forma que a metodologia de fundo rotativo solidário é uma tecnologia social livre, ou seja, qualquer grupo de pessoas e/ou comunidades pode implementar a partir da sua realidade e necessidade. O que foi exposto neste escrito possibilita situar a realidade dos fundos rotativos solidários no Brasil do ponto de vista de suas ações e estratégias até 2012. Outros estudos poderão explorar detalhes pouco aprofundados neste texto, a exemplo da predominância de financiamento das atividades rurais que em alguns estados podem indicar articulação direta com algumas políticas públicas como Pnae e PAA. Por fim, há indícios que permitem indicar que o FRS é, de fato, uma alavanca do desenvolvimento econômico local, visto que impulsiona e fomenta atividades propícias às regiões de seca, como a caprinocultura, as atividades extrativistas de frutas nativas como umbu, maracujá do mato, entre outras, que ocorrem primordialmente no sertão. Por fim, a metodologia de FRS demonstra a possibilidade de desenvolvimento sob a ótica e a ação de organizações comunitárias autônomas.

### REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, N. Q.; CAMPOS, C. H. Caracterização do semiárido brasileiro. *In*: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Orgs.). **Convivência com o semiárido brasileiro**. Brasília: IABS, 2013.
- NERI, M. **Microcrédito**: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro. Rio de Janeiro: FGV.